

índice

- 7 Introdução. Estranha forma de vida

I. A GUERRA INFINITA

- 19 “Desde 1948 que Telavive quer desfazer-se do povo palestino.”
Entrevista com Ilan Pappé
- 23 Portugal e a guerra na Ucrânia. Como defender o interesse nacional
num sistema internacional em mudança?
Viriato Soromenho-Marques
- 41 Guerra na Ucrânia e política mundial
Adriano Zilhão
- 57 O papel do trabalho reprodutivo no estado de exceção:
pensar a partir de Gaza
Marcela Uchôa

II. O TRABALHO, ENTRE SOFRIMENTO E LIBERTAÇÃO

- 69 Trabalho e servidão voluntária na perspectiva da psicodinâmica do trabalho
Duarte Rolo
- 85 Entre cumplicidade e sofrimento. Pensar a servidão voluntária
no mundo do trabalho
Camilla Emmenegger, Francesco Gallino & Daniele Gorgone
- 97 O teletrabalho à luz do corpo
Christophe Dejours

- 111 “Importante é que os seres humanos possam incorporar uma parte do que são naquilo que fazem.”
Entrevista de Raquel Varela com Alain Supiot
- 123 Relações e leis do trabalho. Dos primórdios à actualidade
António Garcia Pereira
- 141 Precisamos de falar sobre os sistemas de avaliação e tutoria da inteligência artificial generativa
Thomas Corbin, Jean-Philippe Deranty, Jennifer Duke-Yonge, Gene Flenady, Alexander James Gillett, Richard Menary, Paul-Mikhail Catapang Podosky
- 155 Sujeitos ao acaso: trabalho flexível e vida fortuita sob o capitalismo contemporâneo
Luci Praun
- 169 A deterioração do trabalho no Brasil na era da revolução digital
Ricardo Festi
- 185 Uma pandemia do início do século XXI
Mike Haynes
- 207 Ecologia e consciência de classe
Jonas Van Vossolle

III. JORNALISMO, EDUCAÇÃO E LITERATURA

- 229 Defender o conhecimento no ensino público contra os discursos pedagógicos demenciais
Entrevista de Raquel Varela e Roberto Leher com Carlos Fernández Liria
- 243 Policrise interna e uniformidade exógena. Um olhar sobre o “liberalismo proletário” no jornalismo
Rui Pereira
- 257 Notas sobre a ideia de trabalho no Brasil a partir de Mário de Andrade
Beatriz Yoshida Protazio

Introdução.

Estranha forma de vida

O título deste segundo livro da responsabilidade do Observatório das Condições de Vida e Trabalho, que dá sequência a *Trabalhar e Viver no Século XXI*, não é por acaso que se intitula *Estranha Forma de Vida*. Se pedimos emprestado a Amália o título do seu belo fado, não foi por mera opção estética, mas porque o mundo em que vivemos se vem tornando cada vez mais estranho. A ameaça de guerra num horizonte cada vez mais próximo, como aquelas invulgares nuvens em rolo que surgiram no início deste verão por sobre as águas de algumas praias portuguesas, é já, para muitos, da Palestina à Ucrânia, passando por tantas outras guerras “esquecidas” porque delas quase não se fala nos *media*, a realidade do dia a dia. Como o “coração independente” de Amália, vivemos todos “nesta ansiedade”, tantas vezes sem sabermos para onde vamos e “teimosamente sangrando”.

É o caso de milhares de homens, mulheres e crianças palestinas, uma ferida aberta na sua carne e na consciência da humanidade, cujos dirigentes pactuam com este genocídio que tem por objetivo expulsá-los da sua terra, espalhando o terror e exterminando gente às dezenas de milhar. Por isso, este livro abre com uma entrevista a Ilan Pappé, historiador israelita, natural de Haifa, perseguido e ameaçado de morte pelo regime sionista, o que o forçou ao êxodo, como tantos do seu povo. Pappé opõe-se à solução de dois Estados na Palestina e defende a criação de um único Estado laico, democrático e sem *apartheid*, que reúna palestinos e israelitas. Uma solução que se abrirmos as televisões parece hoje impossível – tal como parecia impossível na África do Sul dos bantustões e do *apartheid* antes de se tornar realidade.

Seguem-se dois capítulos focados na guerra na Ucrânia e no seu significado. No primeiro, Viriato Soromenho Marques afirma que a “guerra da Ucrânia constitui o evento mais perigoso no processo de reorganização do sistema internacional, resultante da dissolução da hegemonia unipolar dos EUA e do declínio generalizado do Ocidente”. Neste caso, “depois das quase quatro décadas de esquecimento da guerra nuclear, esse perigo regressa com uma intensidade superior a tudo o que se conheceu no período da Guerra Fria, incluindo a crise dos mísseis de Cuba, em outubro de 1962”. Viriato Soromenho Marques defende duas teses fundamentais: “primeira,

identificam-se os grande traços definidores de uma teoria da guerra numa época de armamentos nucleares, mostrando que a possibilidade de autodestruição da humanidade num confronto generalizado só pode ser evitada se acreditarmos na sua possibilidade efetiva, sendo capaz, por isso, de calar a escalada das armas pelo primado da política e da diplomacia; segunda, defende-se ser este o momento crucial para que Portugal, em vez de se anular em alianças cada vez mais amorfas, seja capaz de se reencontrar, através da diplomacia e não do alinhamento belicista, num caminho e numa estratégia próprias para a defesa do seu interesse nacional. O mesmo é dizer, um caminho para salvar Portugal e os portugueses na hora existencialmente mais perigosa da sua história”.

No segundo texto, Adriano Zilhão faz uma resenha histórica do nascimento da Ucrânia como entidade independente, na sequência do fim da URSS, das relações de Rússia, Ucrânia e China com o imperialismo ainda dominante, os EUA, e a União Europeia, e a natureza das oligarquias russa e ucraniana. Afirma Zilhão que: “No caso da Rússia, os planos do ‘Ocidente’ não passavam por dar um lugar à mesa da pilhagem do mundo ao novo regime mafioso oligárquico, mas submeter o país aos grandes interesses capitalistas. O Estado central russo era um obstáculo a isso. À ação dos EUA e da NATO presidia o plano de despedaçar a Rússia em satrapias mais digestivas (como se fizera com a Jugoslávia), o ‘plano Brzezinski’. No caso da Ucrânia, os oligarcas dividiam-se entre os que tinham interesses mais entrelaçados com os dos oligarcas russos e os que apostavam em obter um papel, subordinado, mas lucrativo, semelhante aos dos ex-burocratas, agora pequenos oligarcas locais, dos restantes países da Europa de Leste, que, com mais ou menos fricções (incluindo guerras, no caso dos Balcãs), se contentaram em, aderindo à UE e NATO, reciclar-se em corretores locais dos imperialismos alemão, britânico, francês, italiano e, sobretudo, americano”. A invasão da Ucrânia nasce “não da força, mas da fraqueza da Rússia, exaurida pela restauração do capitalismo e pelo saque organizado de mafias que alimentam os circuitos de acumulação do capital imperialista internacional. O Exército russo encontrou a resistência do povo ucraniano à brutalidade da invasão. Mas o que está face ao exército russo é a NATO: as armas da NATO, o treino da NATO, o dinheiro dos países da UE/NATO e até as chefias militares da NATO. Só a carne para canhão é russa, de um lado, e ucraniana, do outro. “Nestas condições”, conclui, “não é do interesse dos trabalhadores do mundo inteiro tomar partido por uma oligarquia contra a outra, mas “mobilizar-se ao lado e em solidariedade com a resistência que, na Rússia, com extrema dificuldade e grande coragem, organizou, no início da guerra, manifestações ‘Não à guerra!’, levando tantos soldados a recusarem a mobilização, e com os sindicalistas e militantes políticos que resistem à política do Kremlin e recusam a guerra, muitos deles presos”. E também “estar ao lado dos trabalhadores e sindicalistas ucranianos que, com grandes dificuldades, se batem contra as leis de Zelensky e seus patrões oligarcas,

particularmente as leis que visam destruir os direitos laborais e suprimir a legislação laboral, reduzindo a relação contratual entre trabalhadores e patrões a uma relação entre ‘indivíduos iguais’, regulada apenas pelo código civil, num regresso ao século XIX”. E ainda “apoiar as centenas de milhares de refratários e desertores que, nos dois países, se recusam a morrer pelos oligarcas e pelo imperialismo”.

Esta primeira parte do livro completa-se com um texto de Marcela Uchôa que escarpeliza a natureza da intervenção israelita em Gaza, comparando-a com a barbárie da Segunda Guerra Mundial e afirmando que “a reprodução da sociedade capitalista como um todo não é um processo estático. Trata-se de um processo dinâmico, que historicamente implicou desde o extermínio de populações inteiras, como durante a conquista do ‘novo mundo’ pela Europa, até à perpetuação de formas de vida cujo único objetivo é servir à acumulação de capital. Nesse contexto, qualquer pessoa ou grupo que se oponha a essa lógica pode ser descartado ou exterminado”. Ainda assim, remata, “o capital sempre dependerá da força de trabalho, ou seja, das pessoas, e por isso, em determinados contextos, recuará e instrumentalizará parte da população como força de trabalho reprodutiva”.

A segunda parte do livro, intitulada “O trabalho, entre sofrimento e libertação”, começa por abordar, pela mão de Duarte Rolo, do ponto de vista da psicodinâmica do trabalho, o problema do conformismo das massas, da sua submissão à autoridade de um líder: “Em síntese, como pode perdurar um sistema político que gera sofrimento, desigualdades crescentes e injustiça, chegando mesmo a obter a adesão daqueles que se tornam suas vítimas?” “O medo”, diz Duarte Rolo, seja “relacionado com acidentes em profissões de risco (construção civil, indústria química ou nuclear, etc.), ou o medo relacionado com a ameaça de demissão e desemprego é uma fonte fundamental de sofrimento no trabalho. Funciona como uma alavanca da submissão. É preciso defender-se desse medo, se quisermos evitar cair na doença mental. É por isso que os trabalhadores implementam estratégias individuais e coletivas de defesa, que lhes permitem ocultar os riscos e negar o medo. (...) É através da negação do risco que os trabalhadores conseguem combater o medo. Estas defesas permitem enfrentar os riscos do trabalho, mas, em contrapartida, amputam parcialmente a capacidade de pensar dos indivíduos. Para sofrer menos, os trabalhadores desvalorizam, ou até banalizam, o sofrimento alheio. Ao negarem o que causa sofrimento, as defesas aumentam a insensibilidade ao sofrimento e, por isso, levam a uma maior tolerância à injustiça. Consequentemente, a articulação entre sofrimento e defesas está no centro do processo de banalização do mal”.

Duarte Rolo reflete também sobre o sofrimento ético, promovido por aquilo que designa por “viragem gestonária”: “distinto do sofrimento relacionado com o medo ou a falta de reconhecimento, (...) remete para o medo de perder a própria dignidade

e de trair os seus ideais e valores. O sofrimento ético “ocorre quando os trabalhadores aceitam, apesar de tudo, colaborar. Como tal, corresponde, na realidade, a uma confissão de colaboração. É por isso que está associado a uma forma de culpa e a um medo da responsabilidade. O indivíduo sente-se culpado pelo que aceitou fazer (ou pelo que se absteve de fazer, mas que poderia ter feito na mesma).” Porém, “o sofrimento ético também pode estar na origem da resistência à organização neoliberal do trabalho. Com efeito, o sofrimento ético surge como testemunho de uma tomada de consciência da servidão voluntária. Ora, a consciência da servidão é uma condição necessária da luta contra essa mesma servidão. A consciência abre a possibilidade de pensar a servidão e, por conseguinte, permite uma forma embrionária de autonomia moral subjetiva”.

Concluindo, Duarte Rolo afirma que a “organização gestonária do trabalho, como qualquer forma de organização do trabalho, é um método de dominação. Numa perspetiva histórica, representa uma progressão nos métodos de dominação. É, pois, a partir da sua dominação do mundo do trabalho, através dos mecanismos referidos, que o sistema neoliberal aumenta o seu poder de dominação, colonizando posteriormente todas as outras esferas da vida (...). Esta dominação assenta, em grande parte, na capacidade do sistema de despertar a servidão voluntária. (...) se o modelo gestonário se difunde e prospera, é porque beneficia da participação do maior número possível no seu bom funcionamento”. Por outro lado, “a servidão voluntária é o que nos dá razão para esperar uma transformação das relações laborais (...) porque há algo na servidão que é voluntário e, por isso, se enquadra no âmbito da liberdade humana, e (...) reconhecer a contribuição subjetiva dos dominados significa também identificar uma parte das energias e dos recursos potencialmente convertíveis/transformáveis numa direção emancipatória (...). No entanto, a luta contra a servidão não é apenas uma luta contra os outros que nos oprimem. É uma luta contra nós próprios”.

O texto seguinte, de Camilla Emmenegger, Francesco Gallino e Daniele Gorgone, trata também a questão da “servidão voluntária”. Partindo de La Boétie (as razões da servidão voluntária do povo face ao tirano), recenseia o “debate francês sobre o *new management* e a intensificação do trabalho”. Eis um aperitivo: “Os dispositivos que visam obter a adesão e a mobilização dos trabalhadores são definidos por Michela Marzano como uma ‘prática do social capaz de forjar (...) uma conceção e uma ideologia da sociedade’ (Marzano, 2008): o *new management*. Após ter abandonado a forma hierárquica – e o dualismo conflitual entre proprietário e produtor, que caracterizava o sistema de produção fordista –, a “sofística gestonária” (ibid.) favorece a horizontalidade, o trabalho de equipa e a autonomia do indivíduo; e, através da cultura de empresa, faz desta última ‘um lugar de construção de sentido’, apagando as fronteiras entre vida profissional e vida privada. Por um lado, o trabalhador torna-se no único responsável pelos seus resultados; pelo outro, encontra-se estritamente associado à realização dos objetivos (Gori, Del Volgo, 2009, p. 18), cujo fracasso teria como

consequência um ‘vazio existencial’ (ibid.). Como sublinha Nicolas Chaignot, trata-se de uma ‘forma de injunção paradoxal à autonomia’ que pode ser resumida pelo imperativo: ‘sejam livres, é uma ordem!’ (Chaignot, 2012, p. 195). Aquilo que obtemos é a interiorização das instâncias de controlo, transformando o conjunto dos trabalhadores em ‘empresários de si mesmo’ – eis a figura antropológica de massas na qual parece incarnar o novo espírito do capitalismo.”

O texto seguinte, de Christophe Dejours, aborda a questão do teletrabalho e da relação do trabalho, ou do produto do trabalho, com o corpo. Discute o conceito de corpopropriedade e faz as seguintes perguntas: o teletrabalho modifica a relação entre prestador e beneficiário de um serviço? Se sim, como? Essas modificações, se identificáveis, são favoráveis ou desfavoráveis? Na perspetiva da qualidade da prestação, na perspetiva do prestador, na perspetiva do beneficiário? E passa a responder-lhes. E dá, como um exemplo, a relação entre uma professora e a sua turma: “A professora, por exemplo, aprende a sentir com o seu corpo o estado psíquico da turma e é o seu corpo que a alerta, que mobiliza a sua inteligência de forma a antecipar um incidente, que sente o barulho a aumentar e que faz que declare de repente: “Meninos, fechem os cadernos! Vamos cantar! (Forma de os juntar em torno de uma atividade que vai conjurar a desordem.) É aquilo a que geralmente chamamos intuição, como se se tratasse de um poder mágico. Tem origem na sensibilidade do corpo. É o corpo que sugere um procedimento, é o corpo que pensa. E aqui a rapidez do encadeamento deve-se ao corpo. Não só é ele que conduz o pensamento no sentido desta ou daquela solução, mas é ele que tem o poder de ser mais rápido do que o pensamento. De tal forma mais rápido, que a professora é incapaz de explicar como faz para “ter mão na sua turma”, com um à-vontade que os seus colegas invejam. Este poder do corpo, a intuição, não é inato. É o resultado de uma longa experiência de *endurance* para se familiarizar com o real da relação com uma turma, do que se deu a conhecer a ela anteriormente e do que resistia à sua mestria.”

Alinhámos a seguir uma entrevista de Raquel Varela com Alain Supiot, especialista em direito do trabalho, filosofia do direito e segurança social. Pode haver uma sociedade onde o trabalho não seja mercantilizado, onde trabalhemos por prazer? É possível haver democracia política sem democracia no trabalho? Direito ao trabalho ou assistência social: O trabalho é ou não essencial para a nossa própria definição como humanos? Eis algumas das questões discutidas.

Logo de seguida, António Garcia Pereira faz uma resenha histórica das relações laborais e das leis do trabalho, no mundo e em Portugal, percorrendo tanto sobre os avanços conseguidos pelo mundo do trabalho ao longo de séculos como sobre as tentativas de fazer retroceder essas conquistas, nomeadamente pela via legal. Algoritmos, inteligência artificial e direito do trabalho são aqui também abordados, num quadro geral em que regressam em força as teses e leis de inspiração neoliberal. Em conclusão,

afirma que a luta legal, importante como é, “não se pode nunca substituir à organização e luta coletivas dos trabalhadores (...). Na situação atual, com a nova composição parlamentar e com ou sem revisão constitucional, “o que se prefigura no horizonte é um absoluto retrocesso social e um violento ataque aos trabalhadores e aos seus direitos ainda existentes (com cortes nas pensões e aumentos da idade da reforma, facilitação dos despedimentos e das suspensões de contratos, admissão de *outsourcings* para substituir trabalhadores objeto de despedimento coletivo, restrições drásticas dos direitos à greve e à ação sindical, alteração para pior das atuais presunções de contrato de trabalho, em especial nas plataformas digitais, maior restrição do acesso a prestações sociais como os subsídios de desemprego ou de doença, ou o Rendimento Social de Inserção, e um largo etc.).” Perante isso, “organização e luta são porventura, mais do que nunca, necessárias e urgentes”.

Um grande texto coletivo de investigadores de universidades australianas, Thomas Corbin, Jean-Philippe Deranty, Jennifer Duke-Yonge, Gene Flenady, Alexander James Gillett, Richard Menary e Paul-Mikhail Catapang Podosky analisa os sistemas de avaliação e tutoria da inteligência artificial generativa, que estão a entrar rapidamente no ensino superior, prometendo maior eficiência e experiências de aprendizagem personalizadas. Os autores consideram que esta tecnologia deve ser vista com cautela. Aqui começam por descrever a natureza e os alegados benefícios destes sistemas. De seguida, examinam as motivações económicas que impulsionam a sua adoção pelas instituições, por exemplo, reduzindo os custos de mão-de-obra. Por último, defendem que estas motivações, embora convincentes para os administradores, podem não ter em conta potenciais consequências negativas, como limitações na eficácia dos professores; aumento da alienação dos estudantes; enfraquecimento do dever de cuidado dos educadores; externalização de tarefas essenciais de ensino; questões relativas à precisão e utilidade dos classificadores da IA generativa; e o risco de implementar a IA generativa como uma solução errada para problemas reais na educação.

Luci Praun, professora da Universidade Federal do Acre, no Brasil, discute a precariedade e a “flexibilidade” no trabalho começando por salientar que não é nenhuma novidade. Já Engels a estudou e aos seus efeitos na Inglaterra do século XIX. O trabalho para plataformas como a Uber ou a Deliveroo significa na verdade um regresso ao passado, a um tempo em que muitas das conquistas sociais do século XX não existiam. As “formas de precarização ou uberização do trabalho não se desenvolvem sem uma profunda dinâmica de precarização social. As condições degradantes do trabalho no presente, a redução de direitos e das possibilidades de aceder-lhes, a profunda desigualdade social, a mercantilização das diferentes esferas da vida e de tudo o que a cerca, a ausência de tempo para o convívio familiar, para o descanso, para a humana e necessária reflexão, que vivemos atualmente, projetam-se no longo prazo, com alcance e repercussões múltiplas”.

Ricardo Festi, sociólogo, professor na Universidade de Brasília, analisa também o trabalho para plataformas, afirmando que necessitou “de alterações substanciais das legislações laborais e da implementação de novas tecnologias de gestão”. (...) são processos globais, mas com incidências singulares” a nível local. Num estudo comparativo entre Brasil, Portugal e França, com categorias profissionais representativas destas novas modalidades de trabalho, tais como os motoristas e entregadores por aplicativos e as atividades afetadas pela inteligência artificial generativa, revela que “o que há de comum nos diferentes processos de transformação do mercado de trabalho nos três países mencionados é a tendência para a terceirização e flexibilização das atividades, assim como o aumento de formas jurídicas denominadas de autónoma/independente mascarando relações de assalariamento. Além disso, a normatização de modalidades de trabalho por conta própria e o discurso do empreendedorismo aumentaram a individualização do trabalho. Na etapa do ‘capitalismo de plataforma’, por exemplo, a terceirização do trabalho é levada ao seu extremo. As tarefas são atomizadas e cada trabalhador é tido como uma ‘unidade produtiva’”.

Mike Haynes, professor *emeritus* na Universidade de Wolverhampton, Reino Unido, num texto sobre a pandemia de Covid-19 e as suas consequências “procura apresentar a pandemia numa perspetiva global, e ao mesmo tempo centra-se nas desigualdades que marcaram a doença nos diversos países. Poderíamos imaginar que um ponto de partida básico para qualquer análise, e nem sequer radical, seria a consciência das formas como a saúde é moldada pela desigualdade de classes. Não há nada de original nesta ideia. Mas nas décadas mais recentes isso passou a ser entendido de formas mais específicas através das ideias de gradientes de mortalidade e morbilidade (doença) e de leis de cuidados inversas, onde se verifica que são destinados mais cuidados aos menos necessitados e menos aos que mais precisam. O impacto da pandemia e as respostas a ela devem, portanto, ser entendidos em termos de quem estava mais desfavorecido e mais favorecido em termos de risco do vírus, exposição ao mesmo, acesso à proteção, acesso à vacinação, acesso aos cuidados e assim por diante”. Haynes aborda também os efeitos posteriores da pandemia: “O legado da Covid-19 deve ser visto não só em termos de saúde e riqueza, mas também sobre se a pandemia e as medidas usadas para lidar com ela fortaleceram ou enfraqueceram as sociedades, a democracia e os trabalhadores.”

Esta segunda parte do livro fecha com um artigo do investigador belga Jonas van Vossle, sociólogo, economista e doutor em Ciência Política, vinculado ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Este reivindica a recuperação de formas de luta tradicionais da classe trabalhadora, como a greve, para a luta ecológica: “a greve representa a antítese do trabalho, a prática que estrutura e regula a relação entre seres humanos e o meio ambiente. Parar de trabalhar, nesse sentido, é interromper o metabolismo do capitalismo. A greve suspende a acumulação de capital, bloqueia o

lucro, interrompe emissões, freia o consumo de matérias-primas e a poluição – e, ao fazê-lo, revela a centralidade do trabalho na mediação entre sociedade e natureza”. Para Jonas van Vosssole há uma “revolução ecológica” em curso, “mesmo que os seus protagonistas ainda não a nomeiem como tal e se limitem a vê-la como ação de classe consciente. O desafio atual é claro: socializar, desmercantilizar e desacelerar a produção e o consumo. Objetivos que foram centrais nas lutas operárias nos últimos dois séculos revelam-se agora imprescindíveis para confrontar as crises climáticas e ecológicas geradas pelo capitalismo”.

A terceira parte deste livro, sobre jornalismo, educação e literatura, abre com uma entrevista de Raquel Varela e Roberto Leher com Carlos Fernández Liria. Ou talvez uma conversa entre os três sobre conhecimento, ensino público e certos discursos sobre pedagogia que qualificam de “demenciais”. Carlos Fernández Liria, que é filósofo e professor na Universidade Complutense de Madrid, ataca a autonomização da pedagogia desvinculada das matérias científicas, recorda como tudo isto visa desqualificar os estudantes (tirar-lhes a possibilidade de uma profissão) para servirem de força de trabalho precária, flexível e alienada que configura a sociedade capitalista atual. Defende que a escola não é para alimentar prédicas morais, seja de cidadania liberal abstrata, seja de empreendedorismo, como querem os intelectuais do capital. Preconiza que os professores voltem a lutar pela sua liberdade académica e de ensino, afirmando a sua condição de intelectuais organizadores da ciência, da arte e da cultura, em todos os graus, contra os governos, as empresas, a OCDE, o Banco Mundial e a UNESCO, que fazem da escola um laboratório para a adaptação dos jovens ao mercado, destruindo a profissão de professor. Esses intelectuais coletivos ao serviço do capital corroem as lutas históricas pela democratização, expropriam os estudantes do conhecimento científico, artístico, filosófico e cultural por meio da exacerbação da pedagogia liberal centrada nos indivíduos e na noção de competências, apresentada com uma roupagem de esquerda que CFL considera “delirante”. É um defensor radical de uma escola transformadora, igualitária e democrática, pública, gratuita e universal, realmente comprometida com o rigor sistemático dos processos de ensino e aprendizagem capazes de assegurar a formação histórico-crítica das novas gerações.

O jornalista Rui Pereira reflete sobre a situação e papel atual do jornalismo, marcado pela “concentração empresarial, a tecnologização do trabalho com as ferramentas digitais e as redes comunicacionais, a aceleração dos ritmos de produção por via dos recursos de transmissão instantânea, os requisitos de ‘polivalência multimédia’ acentuando a sobre-exploração dos trabalhadores dos *media* e outros, a redução dos postos de trabalho e a precarização, dita ‘flexibilização’, dos vínculos laborais num momento histórico de elevados desemprego e subemprego, os baixos salários, as modalidades de exploração de trabalho ‘à peça’, a inexistência por vezes de quaisquer

modelos de contratação, o recurso ao trabalho em regime de ‘estágios’ gratuitos ou subsidiados, os índices elevados de dessindicalização, a extinção ou neutralização de órgãos representativos dos trabalhadores no plano laboral e conselhos de redacção no plano editorial”, que “são simultaneamente causas e consequências prolongadas da profunda e agónica reconfiguração do exercício do jornalismo em Portugal, num quadro que se replica noutras sociedades”.

O livro fecha com um artigo de Beatriz Yoshida Protazio, “Notas sobre a ideia de trabalho no Brasil a partir de Mário de Andrade”. Segue um aperitivo: “Então arrisco a conclusão de que a dupla harmónica escravidão e liberalismo, que forma a modernização conservadora do Brasil, país da periferia do capitalismo, se inscreve na materialidade do modo de trabalho de Mário de Andrade, posto que o escritor parece recorrer constantemente ao excesso [de pesquisa, de trabalho preparatório, bem como às horas ininterruptas de escrita até ao esgotamento] sem alcançar mais do que manifestar uma falta. Assim, realiza-se a mimese da formação supressiva que constitui a formação social brasileira, em que só se pode ser não sendo.”

Boas leituras!

Os coordenadores

*(António Simões do Paço, Beatriz Yoshida Protazio, João Matos,
Raquel Varela, Rita Garcia Pereira)*